



## A Grande Fome de Mao: a história da catástrofe mais devastadora da China, 1958-62

Frank Dikötter

Rio de Janeiro: Record, 2017 (530 páginas)

ISBN 978-85-014-0161-8

As avaliações jornalísticas motivadas pela ocasião do centenário da revolução russa colocam uma vez mais em evidência o chocante silêncio e relativização a respeito da pior tragédia política da história – a morte de dezenas de milhões de pessoas sob o jugo dos regimes totalitários socialistas. Se já é improvável que um aluno seja exposto em algum momento de sua vida escolar aos fatos relativos às prisões arbitrárias, torturas e mortes por exaustão nos campos de trabalho forçado dos *gulags* soviéticos, menos provável ainda é alguém se familiarizar com o mesmo tipo de fenômeno ocorrido na China. O resultado prático desse silêncio a respeito da história do socialismo real, naturalmente contribui para que, em vez de suscitar indignação, o socialismo ainda inspire parcela significativa das crenças políticas contemporâneas.

Essa atitude relativa à história do socialismo, análoga ao comportamento dos negadores do holocausto nazista, pode ser mitigado com leituras de livros como a recente tradução para o português do volume de Frank Dikötter a respeito do “Grande Salto Adiante” ocorrido na China entre 1958 e 1962, programa responsável pela morte de 45 a 60 milhões de pessoas.

Por mais que tais números gerem espanto – reação utilizada pelos negadores do terror socialista – as estimativas de Dikötter e de outros historiadores recentes são conservadoras, pois seguem a tendência metodológica contemporânea de valorizar excessivamente as fontes documentais geradas pelos próprios partidos responsáveis pelos genocídios estu-

dados. Essa tendência, evidentemente, implica em viés sistemático para baixo nas estimativas da “contabilidade do terror”.

O acesso aos arquivos do partido, por outro lado, tornou possível examinarmos mais de perto uma das mais importantes tentativas de planejar uma economia. Isolamento em relação ao ocidente e simpatia neste último pelo coletivismo, porém, fizeram com que a morte de milhões deixasse de ao menos servir como lição histórica. *A Grande Fome de Mao* contribui de forma significativa para mudar essa situação.

O livro é bastante completo. A primeira parte trata das aspirações do regime: como projetos gigantescos de irrigação transformariam desertos em jardins, a produção de aço chinesa superaria em pouco tempo a britânica e a produtividade da agricultura cresceria a ponto de superalimentar a população. Sob a liderança esclarecida do partido, cujos técnicos deteriam conhecimento superior aos agricultores, tais como a aragem profunda (até um metro e meio de profundidade) e plantio denso de sementes, os trabalhadores revolucionariam a economia nas fazendas coletivas, ao mesmo tempo em que o país se industrializaria via mobilização da população em um entusiasmado exército voltado à implementação do plano central. O velho sonho de Otto Neurath de aplicar a economia de guerra em tempos de paz estaria por se realizar.

A segunda parte do livro relata o inevitável fracasso do plano e de como este fracasso refletiu na esfera política, acompanhada de toda repressão da população e nas fileiras do

partido. A terceira parte detalha a destruição resultante do plano em diversos setores da economia, com capítulos dedicados à agricultura, indústria, comércio e moradia, além de relatar o impacto do salto adiante na natureza, no que provavelmente foi a maior catástrofe ecológica que se tem notícia.

A quarta parte trata das diferentes estratégias de sobrevivência diante da destruição econômica gerada pelo plano, desde roubos até rebeliões e fugas. A quinta parte continua no mesmo tema, dedicando um capítulo para cada categoria de pessoas mais vulneráveis ao regime totalitário, devido ao seu menor valor como trabalho forçado: crianças, mulheres e idosos.

A sexta e última parte trata das diferentes maneiras pelas quais dezenas de milhões pereceram sob o regime: acidentes e doenças associados à exploração do trabalho, assassinatos por tiranetes locais com poder arbitrário, mortes por exaustão nos campos de trabalho forçado e canibalismo induzido pela fome. O livro se encerra com capítulo dedicado às estimativas do número total de vítimas.

A leitura da obra aqui revista chama a atenção do leitor para uma grande ironia na história do marxismo: a ocorrência sob o regime de Mao Tse-Tung, em escala sem precedentes, de males que Marx atribuía ao “capitalismo”. Na China, repetindo o padrão soviético, o trabalhador era valorizado apenas como um instrumento de produção. Como nos *gulags* da Sibéria, o objetivo dos campos de trabalho forçado era maximizar a produção, sendo a vida de cada um avaliada conforme a contribuição potencial de cada um para tal objetivo. A ração de cada interno, nos dois regimes, era determinada pela capacidade de realizar trabalho. Quem atingia a cota recebia ração completa; quem ficava aquém do estabelecido, como os doentes e mais fracos, recebiam ração reduzida, o que os debilitava mais ainda. Uma doença gerava desse modo processo que muitas vezes significava a morte. Nas palavras de Dikötter, quem controlava a concha da rala sopa determinava o destino do interno. No que tange ao confisco de

produção agrícola, os governantes chineses, tal como os russos na Ucrânia, não pagavam sequer o mínimo de sobrevivência que seria praticado no capitalismo, segundo Marx. Por mínimo aqui queremos denotar um limite literal de sobrevivência, não aquele gasto que inclui componentes culturais, tal como discutido pelos economistas clássicos britânicos.

Uma limitação presente no livro de Dikötter, que se aplica a maior parte dos trabalhos historiográficos, se refere à quase total falta de referência à teoria econômica produzida nos últimos cento e cinquenta anos. Embora o não uso de uma ferramenta analítica econômica de maneira sistemática seja um avanço em relação à historiografia marxista, sabemos pelo menos desde a crítica ao positivismo que não existem dados sem teoria. Ausência de teoria significa uso de hipóteses dispersas, não articuladas ou derivadas de senso comum.

No livro em análise, porém, esse defeito curiosamente carrega consigo algo positivo. Nada corrobora mais uma determinada tese do que evidências acidentais fornecidas por uma monografia histórica cujo autor desconhece os termos da referida tese. No caso em questão, me refiro ao argumento de Mises<sup>1</sup> sobre a impossibilidade do cálculo econômico no socialismo. Embora não mencione tal tese, o volume de Dikötter ilustra em cada capítulo a sua relevância.

Antes do argumento austríaco, a crítica ao socialismo era focada em questões de incentivos: sem propriedade, não existem motivos para se dedicar a produção com afinco. Com a distorção do argumento austríaco levado a cabo por Oskar Lange e demais socialistas de mercado, a objeção fundamental de Mises e Hayek permaneceu pouco conhecida, até a moderna teoria da informação assimétrica dar novo impulso ao argumento dos incentivos, que novamente se tornou dominante. Dikötter, refletindo essa dominância, em diversos pontos de seu livro menciona pro-

---

<sup>1</sup> MISES, L. *O Cálculo Econômico em uma Comunidade Socialista*. São Paulo: LVM, 2017.

blemas de incentivos. Tais problemas de fato existiram e são importantes. Como diz a piada soviética, “fingem que pagam e fingimos que trabalhamos”.

Esse tipo de explicação, porém, não atinge o cerne da questão. Em termos dos modelos de agência da teoria mencionada acima, a restrição de participação gera utilidade alternativa infinitamente negativa, pois a alternativa ao trabalho compulsório é a morte. A restrição de compatibilidade de incentivos, por sua vez, induz o agente a fazer exatamente o que o principal comanda: se não cumprisse a quota de produção, submetendo-se a jornadas de 16 horas sob condições precárias, o indivíduo não recebia ração em quantidade mínima para sobreviver. O comportamento de poupar energia, por sua vez, se relaciona aos incentivos para permanecer vivo.

O problema com o planejamento central, porém, repousa alhures: sem sistema de preços que reflita a opinião de inúmeros agentes sobre condições locais, as decisões alocativas requerem um planejador central onisciente, cômico dos custos de oportunidade de cada escolha alocativa. Isso explica porque a quota individual é tão distante dos sonhos pretensiosos de Mao Tse-Tung e de seu partido: quotas são estabelecidas sem consideração pelo custo de oportunidade dos recursos.

A crítica original de Mises se refere à utopia marxista. No mundo real, porém, o que denominamos planejamento central envolve mercados negros, preços internacionais e uso local de moedas e preços. Do contrário a economia planificada colapsaria rapidamente. Os planos de produção dos soviéticos e maoistas, no entanto, não envolvem planejamento central em absoluto. Como mostrou Michel Polanyi<sup>2</sup>, perguntar a cada unidade produtiva quanto consegue produzir, estabelecer meta maior e agregar esses números para períodos seguintes seria tão planejamento quanto um líder de uma equipe de xadrez afirmar que seu time pretende, em média,

“avançar 45 peões em uma casa, mover 20 bispos na média de três casas, 15 torres na média de cinco casas etc.”

Mas em uma economia altamente centralizada como a chinesa do período maoista, a despeito da existência de cálculo econômico em algum grau, os problemas alocativos se manifestam em grau significativo, o bastante para que Dikköter (pág. 12) o caracterize por seu desperdício:

*Teria sido difícil planejar um sistema de maior desperdício, em que os cereais eram deixados sem serem recolhidos à beira das estradas de terra no campo, enquanto as pessoas roubavam raízes ou comiam terra.*

Exércitos entusiasmados de trabalhadores abandonavam o cultivo para construir projetos gigantescos de irrigação que não contemplavam custos e raramente rendiam frutos. Em outro momento, camponeses sem experiência com indústria eram mobilizados para superar a produção britânica de aço, mesmo que toda ferramenta ou bem final de metal tenha que ser derretido para esse fim, produzindo quantidades enormes, mas inutilizáveis de produto quebradiço. Podemos adivinhar que esse investimento que jamais se transformou em bens finais tenha entrado nas contas nacionais e impressionado admiradores no ocidente.

A transformação de bens de consumo finais em bens de capital circulante que não terão uso não se limitou ao aço. O autor estima que 40% dos imóveis tenham sido demolidos para que tijolos fossem transformados em adubo... nas plantações que há pouco mostramos que foram com frequência abandonadas por camponeses mobilizados nos diversos programas grandiosos, que envolveram sempre entusiasmo, mas não cálculo de custos de oportunidade.

As quotas locais de cada bem aumentavam e cada gerente em níveis superiores (regionais e nacionais) da hierarquia consolidava seus números de forma a exigir aumentos irrealizáveis, piorando ainda mais a descrição de Polanyi do “planejamento central” real.

<sup>2</sup> POLANYI, M. *A Lógica da Liberdade*, Rio de Janeiro: Topbooks, 2003, pág. 212-213.

Diante dos fatos narrados no livro, o argumento de Mises salta aos olhos como explicação evidente, até o próprio Dikötter resvalar na resposta (p.203):

*Quando todos os problemas inerentes à economia planificada eram levados em conta – gastos descontrolados de capital, enorme desperdício, pro-*

*duto defeituoso, gargalos de transporte, deplorável disciplina de trabalho –, o desempenho das fábricas era desanimador. Os custos reais eram difíceis de calcular no caos financeiro criado pelo planejamento central. Não apenas os contadores adulteravam a contabilidade, como, às vezes, não sabiam como lidar com as somas de dinheiro. ∞*